EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CASO

Steffanne Garcia[1]
Sandro Guimarães de Salles [2]

RESUMO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, realizada na Escola Virgília Garcia Bessa, localizada na Comunidade Quilombola do Castainho, área campesina do município de Garanhuns - PE. A pesquisa tem como tema a educação patrimonial no contexto da educação escolar quilombola. Partimos do postulado de que o patrimônio cultural deve ser pensado em uma perspectiva ampliada, indo além da promoção da preservação de bens culturais (materiais e imateriais) e da perspectiva uninacionalista, que têm marcado historicamente os discursos patrimoniais. Estes se pretendem anódinos, mas são construídos em um campo de disputas, que envolve decisões, poder e interesses. É importante compreender que as comunidades quilombolas representam um espaço de resistência cultural e política, marcado por relações de poder entre os saberes hegemônicos e os tradicionais. Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenha papel crucial na instituição escolar, atuando como documento orientador das ações pedagógicas e da construção da identidade escolar. A presente comunicação tem como objetivo discutir os enunciados e os sentidos sobre patrimônio cultural e educação patrimonial presentes no PPP da escola e de que modo esses postulados se materializam no cotidiano escolar. Referente à proposta teórico-metodológica, a pesquisa se orienta por uma abordagem decolonial. Como instrumento de coleta de dados, partimos da análise minuciosa do PPP da escola e de outros documentos que orientam a educação escolar quilombola. A segunda etapa consistiu em um trabalho de campo, incluindo conversas com docentes e com a comunidade quilombola sobre patrimônio cultural e educação patrimonial. Entre diversos aspectos já apontados pela pesquisa, identificamos a ausência de materiais didáticos específicos e diferenciados, comprometidos com os novos paradigmas da educação escolar quilombola e que contribuam para o deslocamento de uma educação integracionista para uma perspectiva que valoriza a identidade dos povos quilombolas e suas pautas.

Palavras-chave: Educação quilombola; Projeto Político Pedagógico; Educação patrimonial.

INTRODUÇÃO

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, steffannegarcia@gmail.com;
[2] Professor orientador: Pós-Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE, sandro.ufpe.@gmail.com.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001."

A instituição escolar quilombola deve ser um espaço que promova a formação da identidade quilombola dos alunos. Para isso, faz-se necessário o empenho de todos os envolvidos no processo educativo. Segundo SILVA (2012, p. 167), a educação escolar quilombola "nasce do saber do próprio povo" e, por isso, "valoriza, reconhece, fortalece e identifica os saberes e os conhecimentos locais".

Assim, refletir sobre as práticas e os saberes comunitários é importante para desenvolver práticas específicas no contexto da sala de aula. Desse modo, a educação escolar quilombola precisa considerar aspectos como a realidade local da comunidade, a cultura, a memória, o território, os saberes tradicionais, as práticas culturais e a própria história da comunidade. Nessa direção, a escola quilombola não pode desenvolver atividades que estejam descontextualizadas dos conhecimentos e dos saberes da comunidade.

O patrimônio cultural deve ser compreendido sob uma perspectiva mais ampla e moderna. Não se deve pensar que patrimônio cultural é apenas algo material, como prédios, objetos e monumentos pertencentes às comunidades quilombolas. Mas é tudo aquilo que faz parte de um determinado povo. Por exemplo, os povos quilombolas têm seus saberes, memórias, tradições, uma cultura específica que coloca o território como centro desse saber. Logo, o patrimônio cultural, nesse contexto, consiste na valorização das especificidades culturais das comunidades quilombolas.

Assim, o patrimônio cultural está fortemente ligado à educação patrimonial. Porque a educação patrimonial busca reconhecer esses conhecimentos produzidos pela comunidade, com o intuito de valorizar a memória, a identidade, aproximando a escola diretamente da comunidade. Procurando caminhos para trabalhar com os saberes locais, fortalecendo o pertencimento de cada estudante. Inserindo, assim, essas práticas culturais no contexto escolar. A escola quilombola precisa estar firmada nesses princípios norteadores.

O projeto político-pedagógico é um documento orientador das práticas pedagógicas. Logo, o PPP precisa incorporar todo esse patrimônio cultural da comunidade. Esse processo de incorporação se dá por meio do currículo específico, das práticas pedagógicas direcionadas, da valorização dessa cultura, das memórias, da utilização dos saberes comunitários como parte integrante desse processo educativo, da construção de pertencimento à identidade quilombola dos alunos, entre outros aspectos.

Logo, o projeto político-pedagógico tem a capacidade de contribuir para a construção de uma educação de qualidade que valorize a cultura desses povos.

A Escola Municipal Virgília Garcia Bessa está localizada na zona rural do município de Garanhuns, Pernambuco. Pertence à Comunidade Quilombola do Castainho. O (PPP) da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa foi construído no ano de 2018, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a comunidade escolar do Castainho, onde uma turma do 5º período de estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia , juntamente com a comunidade escolar, organizou a escrita do (PPP) da escola.

Nesse momento, de acordo com o exposto acima, torna-se necessário compreender como o patrimônio cultural da comunidade quilombola do Castainho está inserido no projeto político-pedagógico da escola e como esses aspectos estão integrados a essas práticas educativas.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os enunciados e os sentidos sobre patrimônio cultural e educação patrimonial presentes no projeto político-pedagógico da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa e como se materializam no cotidiano escolar.

Em relação aos objetivos específicos, identificar como o patrimônio cultural e a educação patrimonial são abordados no projeto político-pedagógico da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa e compreender como os princípios relacionados ao patrimônio cultural e à educação patrimonial presentes nesse projeto se articulam às práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, tendo em vista a busca pela compreensão e pela interpretação dos fenômenos naturais ocorridos no âmbito escolar, nesta pesquisa em específico. Assumindo um papel interpretativo, procura analisar esses dados, as suas relações e os seus significados.

O trabalho discute a educação patrimonial e o projeto político-pedagógico na educação escolar quilombola. Assim, foram consideradas para a metodologia desta pesquisa a análise de documentos segundo Ludke e André (1986), na qual foram

utilizados autores como Walsh (2009) e (2013); Santos (2015); IPHAN (2014); o CNE/CEB nº 8/2012, entre outros.

Do ponto de vista metodológico, foi analisado o documento orientador da escola: o Projeto Político-Pedagógico (PPP), com o intuito de compreender os enunciados e os sentidos sobre patrimônio cultural e educação patrimonial presentes no PPP da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa e como se materializam no cotidiano escolar.

Fez-se necessária, como instrumento de coleta de dados, a participação de 3 professores docentes da escola para conversar sobre alguns questionamentos relacionados aos objetivos dessa pesquisa.

Acreditamos ser importante dar voz aos sujeitos participantes da pesquisa, pois buscamos compreender o saber docente e suas especificidades. O critério de seleção para participação na pesquisa baseou-se na docência dos professores que atuam na Escola Virgília Garcia Bessa. É importante ressaltar que a integridade dos participantes desta pesquisa será preservada, conforme FLICK (2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Escolar Quilombola, cultura e saberes comunitários

A educação escolar quilombola constitui uma modalidade da educação básica que tem por finalidade considerar as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades quilombolas. Conforme a CNE/CEB nº 8/2012:

> A Educação Escolar Quilombola é prestada em estabelecimentos de ensino localizados em territórios quilombolas ou em estabelecimentos de ensino localizados fora deles, desde que recebam estudantes oriundos de territórios quilombolas, e requer pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica do seu quadro docente, observadas as normas e princípios constitucionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (CNE/CEB, p. 2, 2012).

Desse modo, a escola quilombola precisa considerar a comunidade como o centro desse processo educativo. A cultura e os saberes comunitários precisam estar diretamente ligados ao reconhecimento e à valorização da cultura quilombola. O Ministério da Educação alerta quanto à necessidade de que se respeite a história, o território e, principalmente, a produção do conhecimento da própria comunidade.

Dessa maneira, é importante reconhecer esses saberes da comunidade. Nesse caso, reconhecer esses saberes não é simplesmente incluir uma ou outra atividade voltada à comunidade quilombola no currículo escolar de forma isolada. Segundo Antônio Bispo dos Santos:

> Nós não queremos ser integrados ao sistema colonialista/capitalista, nós queremos ser respeitados no nosso modo de vida. [...] O saber orgânico não precisa ser traduzido nem aprovado pelo saber acadêmico ou sintético para ter validade (SANTOS, 2015, p.48).

Nessa citação, Santos fala sobre as comunidades não quererem ser "integradas", o que significa, justamente, transformar o estudante quilombola em um estudante "padrão" da sociedade. Quando o autor fala "queremos ser respeitados", refere-se ao fato de que o saber do território possa guiar a escola a partir de uma pedagogia própria e específica.

Nesse sentido, a autora Catherine Walsh (2009, 2013) traz uma visão do porquê essa hierarquização dos saberes acontece e como superar isso, a partir da interculturalidade crítica.

> A interculturalidade crítica [...] não parte do problema da diversidade ou da diferença em si, mas do problema estrutural-colonial-racial. Ou seja, de sua estrutura que posiciona alguns homens e mulheres no topo da hierarquia e outros na base; que valida apenas certas epistemologias e saberes como científicos e desvaloriza os demais como mitos, folclores ou saberes locais (Walsh, 2009, p. 75).

Walsh (2009) afirma que o "saber eurocêntrico" não é neutro, sem intenções políticas por trás. Enquanto os saberes tradicionais são relegados a "folclore" ou "curiosidades culturais". Assim, quando pensamos na interculturalidade crítica, é justamente que se possa existir esse diálogo entre as culturas, o que só acontece quando se desestrutura a distribuição desigual de poder.

Logo, a Lei nº 10.639/2003 rompe com esse cenário de um projeto curricular eurocêntrico que não valoriza os saberes produzidos pela própria comunidade. Porque essa Lei determina a obrigatoriedade da disciplina de "história e cultura afro-brasileira", sendo, assim, uma base de sustentação institucional para a valorização da história e da cultura quilombola.

Patrimônio cultural e educação patrimonial em comunidades quilombolas

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a definição de patrimônio cultural:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2014, p. 19).

Desse modo, o patrimônio cultural não se limita apenas a algo material, como um prédio ou monumentos históricos, mas se amplia para toda prática cultural. Como, por exemplo, os conhecimentos, os modos de fazer, tudo aquilo que é reconhecido por um grupo de pessoas.

Em vista disso, segundo o IPHAN (2014) , o patrimônio cultural se divide em dois aspectos: o patrimônio material e o patrimônio imaterial, no que diz respeito ao primeiro aspecto:

> O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza em quatro livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Das Artes Aplicadas; e Das Bellas Artes. O patrimônio material é composto por bens móveis e imóveis.(IPHAN, 2014, p. 19).

Logo, o patrimônio material vai contemplar as construções, os objetos, os lugares, os documentos, bem como todos os espaços de referência cultural de um grupo. Em seguida, temos o patrimônio cultural imaterial que, de acordo com o IPHAN (2014):

> O patrimônio imaterial é composto por bens culturais de natureza imaterial, associados às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN, 2014, p.19).

Assim, nesse segundo aspecto, o patrimônio imaterial abrange os saberes, as celebrações, as formas de expressão, os modos de fazer, as práticas tradicionais da comunidade e os conhecimentos transmitidos pela oralidade.

À luz do que foi dito, o patrimônio cultural deve ser pensado com essa compreensão mais ampla. Porque surge um problema: quem define o que será preservado e valorizado? Quem define o que é patrimônio? Logo, assumimos a consciência de que o patrimônio não é neutro. Porque até mesmo essas políticas públicas patrimoniais são atravessadas por disputas de poder, de decisões e de interesses.

Especificamente, quando pensamos no patrimônio cultural quilombola, engloba muitos aspectos, como a ancestralidade, memória coletiva, território, oralidade, práticas

culturais, saberes tradicionais, as formas de organização comunitária, as manifestações culturais, os modos de fazer, a religiosidade, alimentação, música, dança, entre muitos outros aspectos que se fazem presentes dentro do patrimônio cultural dos povos quilombolas.

A educação patrimonial busca envolver processos educativos que partam da perspectiva de conhecer, valorizar, reconhecer, interpretar e ressignificar os patrimônios culturais presentes na comunidade quilombola. Fechando esse pensamento, a educação patrimonial nas comunidades quilombolas tem que contribuir diretamente para a história local, a ancestralidade, o território e o artesanato... Não se pode permitir que a cultura seja trabalhada apenas no dia da Consciência Negra. Tanto o conhecimento quanto o patrimônio devem fazer parte do processo educativo escolar quilombola.

Neste momento, a escola tem um papel importante ao orientar essas práticas no espaço educativo. Logo, torna-se necessário compreender como o projeto político-pedagógico orienta essa organização escolar.

Projeto político-pedagógico e a educação patrimonial

O projeto político-pedagógico na escola tem um papel fundamental na organização pedagógica e das práticas escolares. Segundo a CNE/CEB N°8/2012:

> O Projeto Político-Pedagógico da escola que atende estudantes oriundos de territórios quilombolas deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais e econômicas da comunidade quilombola onde se insere a escola ou da qual são originários os estudantes, garantindo a sua participação ativa na elaboração, execução e avaliação desse projeto (CNE/CEB nº 8, 2012, Art. 13, p. 5).

Assim, o projeto político-pedagógico assume essa relação entre o documento e a realidade local da escola; a participação da comunidade escolar e da comunidade quilombola, como um coletivo , na construção desse documento é essencial. Desse modo, a função do projeto político-pedagógico na escola é orientar todas as demandas relacionadas ao seu funcionamento.

O projeto político-pedagógico para a educação patrimonial precisa ser contextualizado. Logo, precisa considerar a realidade local, os saberes tradicionais, o território, a história da comunidade e a cultura... Desse modo, o PPP precisa dialogar com a realidade da comunidade quilombola. Nesse momento, esse documento ganha espaço

para valorizar os saberes e o patrimônio comunitário. Proporcionando abertura ao desenvolvimento da cultura quilombola nesse processo escolar.

Desse modo, compreendemos que não basta mencionar esses aspectos de valorização da cultura quilombola no documento; na prática pedagógica, eles não se concretizam. Nesse instante, é importante compreender como os professores refletem sobre essas experiências pedagógicas e sobre os possíveis desafios dessa prática pedagógica contextualizada na educação escolar quilombola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Iniciaremos a análise dos dados coletados a partir do primeiro ponto: **o projeto político-pedagógico como orientador das práticas pedagógicas.** Buscando compreender como esse documento aborda a educação patrimonial nessa perspectiva de orientar as práticas pedagógicas. Nesse sentido, de acordo com o PPP (2018), reconhece:

> A Escola Virgília Garcia Bessa como pertencente à uma comunidade de remanescentes de quilombos precisa preservar o papel étnico racial da comunidade levando em consideração a formação do seu povo, as suas conquistas e lutas [....] Deve-se, pois, utilizar-se de práticas interdisciplinares, construindo um elo entre disciplinas e o contexto no qual a comunidade em si está inserida" (PPP, 2018, p. 2).

Desse modo, o documento reconhece que a escola pertence a uma comunidade quilombola e que, assim, precisa preservar os modos de vida da cultura local, cuidando e protegendo essas práticas da comunidade. Em seguida, nas entrevistas com os professores, uma das perguntas relacionadas a esse tema foi: "Como você compreende o papel do projeto político-pedagógico na organização das práticas pedagógicas?

> **Professor A:** O ppp na verdade ele é uma orientação para o professor com base nele a escola tem a certeza que está trabalhando o currículo (entrevista, Professor A, pergunta 1).
> **Professor B:** É um documento vivo que deve passar por atualizações, não é um documento que não deve ser feito apenas por burocracia, pra ficar guardado em uma gaveta (entrevista, Professor B, pergunta 1).
> **Professor C:**Eu entendo que ele é necessário, né, visto que ele é um norte para os professores e para todos que fazem parte da escola (entrevista, Professor C, pergunta 1).

Dessa forma, há uma convergência entre o PPP e a fala dos 3 professores, pois todos afirmaram reconhecer o documento como referência para organizar o trabalho docente. Um aspecto interessante é que o PPP não propõe apenas a organização de

conteúdos a serem desenvolvidos, mas conecta, relacionando a realidade da comunidade às práticas escolares, trazendo a história, as lutas; tudo deve estar relacionado.

Mais, reconhecemos que não basta apenas o PPP; é preciso trazer esse suporte orientado às práticas pedagógicas, pois essas propostas que estão presentes nesse documento precisam ser efetivadas, sendo realizadas diariamente no cotidiano escolar.

A seguir, pontua-se o segundo ponto: **currículo, cultura quilombola e saberes comunitários.** Nessa perspectiva, compreender como o patrimônio cultural da Comunidade Quilombola do Castainho se manifesta e como os professores o compreendem. De acordo com o PPP (2018):

> Afim de reconhecer os saberes e fazeres da Comunidade Quilombola do Castainho os diferenciam das demais escolas devido a sua especificidade de comunidade escolar quilombola, o currículo irá trazer novas disciplinas a serem incluídas na grande escolar comum" (PPP, 2018, p. 3).

Quando observamos o documento, de fato, são apresentados alguns componentes a serem inseridos dentro da grade curricular da escola, dentre eles: Agroecologia, Dança, Capoeira, Memória da comunidade, Religiosidade Africana, Teatro e Educação Ambiental. Logo, esses componentes, se inseridos no currículo escolar, podem permitir a valorização da cultura e dos saberes da comunidade local.

Nesse sentido, o pensamento de Bispo (2015) contribui para fundamentar esses componentes. Porque introduzi-los ao currículo é colaborar para a preservação dos saberes orgânicos que o autor pontua. A colonização busca impor conhecimentos sintéticos. Mas as comunidades precisam resistir por meio de lutas contra a colonização. Garantindo a preservação dos seus modos de pensar, agir e fazer.

Walsh (2009) e (2013), quando fala sobre interculturalidade crítica e a pedagogia decolonial, vêm justamente defender a necessidade de que a escola inclua conteúdos específicos e locais, em uma perspectiva de orientar o fazer docente, quebrando, assim, com as estruturas coloniais do saber e do conhecimento que serão ensinados.

Em seguida, no que diz respeito a essa temática, outra pergunta foi feita aos professores: De que forma o PPP contempla a valorização da cultura, da história e dos saberes da comunidade quilombola no contexto escolar?

> **Professor A:** é preciso sim mostrar a criança e ao adolescente a realidade de cada um todos nós temos cultura (entrevista, Professor A, pergunta 2).

> **Professor B:** Ele valoriza a cultura, a história e os saberes da comunidade quilombola ao incluir esses conhecimentos no currículo e nas atividades escolares, fortalecendo a identidade dos estudantes (entrevista, Professor B, pergunta 2).
> **Professor C:** E como a gente trabalha com um público específico, que é uma comunidade quilombola, esse PPP, ele precisa ser direcionado para esse público (entrevista, Professor C, pergunta 2).

Como pontos em comum entre o PPP e as falas dos professores, temos que o documento busca propor esse currículo contextualizado à realidade local, ao mesmo tempo em que os professores reconhecem, afirmando a importância de relacionar essas práticas pedagógicas à realidade da comunidade. Em relação ao patrimônio cultural, está presente no documento a discussão sobre os saberes, as memórias e as práticas culturais, bem como sobre as relações entre a comunidade e o território, o que deve fazer parte da formação escolar dos estudantes quilombolas.

Percebemos, nas falas dos professores, que demonstraram compreender a necessidade de uma organização pedagógica específica, mas, nas falas, não é possível constatar de fato como essa educação escolar quilombola se concretiza e como é trabalhada em sala de aula.

A seguir, **discutiremos a valorização da identidade quilombola e a relação entre a escola e a comunidade.** Buscamos compreender como o PPP associa o patrimônio cultural à identidade dos estudantes, em conjunto com a realidade local.

Segundo um trecho do PPP (2018), “Os educandos podem conhecer e reconhecer os saberes que lhes são próprios, contribuindo para a valorização da cultura quilombola” (PPP, 2018, p. 3). O próprio documento reconhece que deve contribuir para a formação da identidade quilombola dos estudantes e para o reconhecimento de suas especificidades.

Nesse momento, a terceira pergunta torna-se relevante nessa discussão: Como o PPP reconhece a escola como pertencente a uma comunidade quilombola e de que maneira esse reconhecimento se manifesta no currículo e nas práticas pedagógicas? A resposta do professor B foi bem interessante:

> **Professor B:** O PPP reconhece a escola como parte da comunidade quilombola ao incluir no currículo e nas práticas pedagógicas conteúdos, projetos e atividades que valorizam a história, a cultura e os saberes da comunidade (entrevista, Professor B, pergunta 3).

Nesse momento, podemos perceber esse reconhecimento por parte desse docente: o “Professor C” afirmou: “A escola não está na comunidade; ela é da comunidade.” Aqui, essa fala reflete diretamente o pensamento de Walsh (2013), em sua visão da pedagogia

decolonial, na qual a escola deixa de ser uma instituição colonial e passa a (re)existir e a se afirmar a partir de seus modos de ser. A Resolução CNE/CEB nº 8/2012 também traz essa perspectiva de que a educação escolar precisa estar ancorada na territorialidade, colaborando para a preservação da memória coletiva da comunidade.

Continuando, chegamos ao ponto de refletir sobre onde **os projetos escolares podem ser uma possibilidade para a educação patrimonial.** Nesse momento, o intuito é compreender como um projeto citado por um professor articula a relação entre o PPP e a valorização cultural quilombola. Um dos professores afirmou:

> **Professor B:** nós temos o Projeto Identidade Quilombola: eu sou a cara da minha comunidade. Esse projeto é dividido em quatro eixos, cada um deles é vivenciado em um bimestre. Ao final da vivência de cada eixo, nós realizamos uma culminância para socializar com a comunidade e as demais turmas o que estudamos.

Assim, há uma possibilidade de valorização cultural que contribua para a educação patrimonial a partir do Projeto Identidade Quilombola: “eu sou a cara da minha comunidade”, que também está diretamente direcionada à contextualização do fazer docente à realidade da Comunidade do Castainho. O professor afirma que esse projeto se divide em quatro eixos; então, aqui surge uma limitação nesses resultados preliminares, pois é necessária à pesquisadora, como coleta de dados, a observação do fazer docente para afirmar quais bens culturais estão efetivamente sendo trabalhados em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos, com base em dados preliminares, que o PPP reconhece a escola como pertencente a uma comunidade quilombola e que esse documento também contribui para a valorização da cultura, da história, do território e dos saberes da comunidade. O PPP apresenta uma proposta de currículo contextualizado, incluindo alguns componentes curriculares a serem adicionados à grade. Os professores que foram entrevistados, a partir de suas falas, reconhecem o PPP como documento orientador pedagógico; inclusive, em suas falas, trazem esse alerta quanto à necessidade de uma educação articulada à realidade local da comunidade.

Até o momento, não sabemos se há alguma diferença entre o que foi dito e o que efetivamente acontece no cotidiano escolar. Esse trabalho se deparou com o Projeto Identidade Quilombola: "eu sou a cara da minha comunidade", que se apresenta como

uma possibilidade que busca a valorização da educação quilombola. Mas não podemos afirmar como esse trabalho se desenvolve em sala de aula. Logo, afirmamos que, posteriormente, essa pesquisa seguirá para a realização da observação do fazer docente, em busca de compreender como o patrimônio cultural quilombola é trabalhado em sala de aula. Finalizamos dizendo que o PPP não deve ser visto apenas como um documento burocrático. Mas deve ser compreendido como um espaço de construção e orientação contínuas, diretamente relacionado ao território da comunidade quilombola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos:** modos e significados. Brasília: INESC, 2015.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política:** a experiência de "educação diferenciada" do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello (III-CAB), 2009. p. 75-96.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.